

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

CICLO DE CONFERÊNCIAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO. POUPAR É UM BEM? GRANDEZAS E MALEFÍCIOS DA POUPANÇA.

GOMES, António Luís

Ano: 1953 | Número: 63

Como citar este documento:

GOMES, António Luís, Ciclo de conferências públicas na Sociedade Martins Sarmento. Poupar é um bem? Grandezas e malefícios da poupança. *Revista de Guimarães*, 63 (3-4) Jul.-Dez. 1953, p. 582-609.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

vertiginosa vida moderna, que somos forçados a viver, nos obrigam a dispersar o que temos e o que não temos, e nos impossibilitam aquele equilíbrio previdente das reservas da poupança, que era a sabedoria dos nossos avós. Escutemos e aproveitemos os ensinamentos que o ilustre economista Senhor Dr. António Luis Gomes nos vai facultar.

Dada a palavra ao ilustre Conferencista, passou este a ler o seu primoroso trabalho, que a seguir publicamos:

Poupar é um bem? — Grandezas e malefícios da poupança (*)

Proponho-me tratar este tema de economia mas enquadrado, sim, na história e na vida de Guimarães.

Revelo desta forma o respeito pela terra, através de todas as suas grandezas e fecundas actividades e cumpro ao mesmo tempo o meu dever de Português, prestando obediência aos Varões assinalados e a todo o povo que formaram este agregado e aqui deixaram as marcas indeléveis do seu poder criador!

Recordar Guimarães significa para todos nós viver e sentir no coração e no espírito uma das mais belas páginas da nacionalidade. E o prestígio da sua história e o domínio da sua autoridade de Berço Augusto da Nação Portuguesa são tais que os reconhecemos em tudo que nos cerca e na nossa própria alma!



Prof. Dr. António Luis Gomes
Director Geral da Fazenda Pública e Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança
 (Baixo-relevo de Simões de Almeida, Sobrinho)

(*) Esta Conferência foi publicada na Revista «Ocidente» (Lisboa).

Se da história desta terra só pode falar com ufania e desvanecimento aquele que a ela pertence pelo nascimento ou pelo sangue, certo é que todos os Portugueses, porque o são, têm de a rezar como uma Oração e não podendo, como no meu caso é saliente, trazer qualquer achega para um estudo mais fundamentado, cabe-nos reivindicar com galhardia e entusiasmo o direito de, junto dos Vimaranenses, dizer bem alto — Aqui nasceu Portugal! — História milenária a vossa, Vimaranenses, e com que brilho e legítimo orgulho têm sabido rememorar-lo nestas Comemorações que, luminosamente, vão ter como que *um fecho* no Céu, encerrando-se no dia da Assunção de Nossa Senhora!

A vossa antiguidade no tempo só facilita aos eleitos conhecer inteiramente, com rigor e pormenor, todos os fastos da vossa história, melhor dizendo, a vossa biografia de burgo nascente, de povoado de crescimento incessante e contínuo, de grande aglomerado citadino!

É este o vosso orgulho e, de certo modo, a desculpa do nosso pouco saber. Mas seria afrontoso para cada um e para todos desta remocada Casa Lusitana não ter sempre presente, na atitude reverente e corajosa de romeiro da Pátria, *alguns passos* da vida de Guimarães e da sua gente que valem como páginas do Evangelho, contas do Rosário de Nossa Senhora de Fátima, Cânticos de Amor Patriótico e de Devoção familiar!

Recolho-me e vejo Afonso Henriques fundar Portugal, sólidamente para Oito Séculos de História já vividos, e para além do tempo que medimos; Dom Fernando firmando aqui perto, em Tâgilde, um Tratado com a Inglaterra, pacto fundamental para a nossa vida de relação no Mundo e com cláusulas que afirmam uma visão inteligente e sagaz como nunca melhor se fez depois na Comunidade das Nações! Aponto a cláusula não repetida no Tratado de D. João I, de a Inglaterra ajudar Portugal, quando este carecesse de auxílio, sem receber reciprocidade. Vem a pêlo, porém, deste segundo Tratado, o Tratado chamado também de João das Regras, louvar ter-se estipulado que a Convenção seria revista à morte de

um dos Reis signatários para dar ocasião a considerar as condições ou circunstâncias que tivessem variado para se lhes *encontrar* remédio ou segurança.

Prova de que a divisa real *Pola ley e pola grey*, que D. João II tomou para si, não era apenas uma expressão verbalista e já se agitava no espírito desempoeirado do Fundador da Dinastia de Avis!

Vejo ainda D. João I partir de Santarém e demandar Guimarães, a pé e mal feito do rigor da batalha, para cumprir o seu voto, ante Aljubarrota, rezar junto de Nossa Senhora da Oliveira, seguindo descalço até lá do hoje histórico lugar do Padrão e ofertando-lhe o seu peso em prata, ali pesado na balança, à vista de todos, mais o tríptico maravilhoso junto do qual orava o seu Êmulo Dom João I de Castela, e ainda o seu pelote de combate, hoje para nós verdadeira túnica do Senhor, depois do nosso Calvário da primeira Redenção Patriótica.

Que bela lição de pedagogia cívica, esta a da caminhada do Rei, que o Cronista Fernão Lopes regista em sua linguagem expressiva de um sabor que o tempo não desmerece!...

... «Estando El-Rei assim em Santarém..., ordenou de partir daquela vila, por cumprir sua romaria que prometera ante que entrasse à Batalha, a qual era que, vencendo-a, como em Deus tinha esperança, que fosse de pé a Santa Maria da Oliveira, que era na vila de Guimarães espaço de quarenta léguas... e feita sua Oração e oferta, deu muitas esmolas e tornou-se ao Porto». — *Crónica*, Parte II, Cap. 62.

D. João I não ficou sem compensação desta valorosa gente de Guimarães, quando a encontrou em Ceuta e a viu aguentar-se e aguentar uma frente de batalha, cerrando fileiras, cumprindo, no dizer expressivo de Alfredo Guimarães, o seu dever de sangue e de fervor patriótico!

Passam os tempos, Guimarães acolhe no seu Mosteiro-Universidade da Costa o brioso e intemperato Dom António, Prior do Crato, novo e leal defensor do povo e da Nação do século XVI, como o foi o seu predecessor Mestre de Avis, no século XIV.

Quem sabe se foi aqui, ouvindo as lições magistrais dos Monges Jerónimos e a pousar os olhos no

Castelo que fica defronte, que o malgrado Rei de uma falange de Portugueses em cujo coração não esmoreceu jamais o amor da Pátria, ganhou a cultura que revela nos seus escritos de exilado e o entusiasmo e abnegação para manter uma luta que durou 15 anos e a que se deu inteiramente pelos seus direitos de legítimo Herdeiro do Trono, o mesmo é dizer pelos nossos direitos de Nação Livre e Independente!

Mais uma razão pessoal, digamos, para Guimarães ficar fiel a D. António I, Rei de Portugal, e manter, mesmo nos 60 anos de domínio filipino, a solenidade comemorativa de Aljubarrota — prodigiosa afirmação de fervor patriótico. Só aqui seria possível o desassombro do Reverendo Monge do Convento de S. Francisco exortando em 14 de Agosto de 1638 o povo a reagir contra o domínio dos Filipes.

O nome deste Sacerdote, Frei Luís da Natividade devia estar esculpido no Monumento dos Restauradores da cidade de Lisboa e figurará, de certeza, no Museu da Restauração em preparativos de instalação no Castelo de Vila Viçosa, também combatente das Guerras com a Espanha para manter no Trono D. João IV.

Uno-o insensivelmente na minha memória ao do Reverendo António de Castro, da Nobre Casa do Côvo de Oliveira de Azeméis, que escreveu o primeiro panegírico da valorosa Rainha Dona Luísa de Gusmão, em 1641, sob a forma de uma peça de teatro que teria ambiente próprio junto do vosso Castelo, se um dia fosse representada.

Recordemos, também, tempos modernos: Guimarães agradece com alvoroço e comovida alegria a graça régia de D. Maria II de a elevar a Cidade e guarda ainda a Sua Memória naquela «Rua da Rainha» e com o nome escrito no coração dos Vimaranenses.

Sente-se que a Rainha, a Educadora de D. Pedro V — Majestade eterna na História Portuguesa, pelo génio, a virtude e a abnegação —, jovem Mãe de muitos filhos e que aos 34 anos paga com a vida a alegria e o dom de Deus que é a Maternidade, está em Sua Casa, e é a Dona e Protectora que

está convosco para viver as vossas alegrias e vos fortalecer nas amarguras de algum dia!

Poucos meses depois de vos fazer Cidade, a Rainha morria — a 15 de Novembro. Daqui a três meses o Centenário da sua morte será lembrado, de uma forma construtiva e exemplar, com a Sua Biografia verdadeira e exacta, e nem por isso menos bela e nobilitante, escrita pela alma gentil da Dr.^a Ester de Lemos, a autora do romance «*Rapariga*», — revelação de uma Escritora!

No domínio da Governação, falando de Guimarães e em Guimarães, vem à lembrança o Conselheiro João Franco, sempre Deputado por este Círculo e Chefe político que se define com a própria designação do seu partido — *regenerador-liberal*!

Quis regenerar os costumes políticos e nunca deixou de ser um liberal! A fidelidade desta terra, até além da morte, erigindo-lhe um Monumento no Largo que tem o seu Nome, foi, certamente, a única que sobreviveu à Tragédia do Terreiro do Paço. Ele e o Rei vitimado encontraram ali numa hora de desvairo o termo de sua aliança política, por se esquecerem não do Bem Público que ambos serviam, mas daquela máxima que revoltava S. Francisco de Assis — O homem lobo do homem!

Recordo ainda Salazar, Cidadão Honorário de Guimarães, mais que não fosse por ser Cidadão de Portugal, que criou uma doutrina política perdurável por fundir a sua estrutura com as próprias raízes da Nacionalidade que estão aqui!

Estou a vê-lo a ler a sua Mensagem no Alto do Castelo de Guimarães e a ouvir a sua vós repercutir-se em toda a terra portuguesa, Daquém e Dalém-Mar!

Na ordem cultural, seria uma omissão imperdoável não destacar os insignes Vimaransense Martins Sarmiento, Alberto Sampaio e Abade de Tãgilde, Grandes de Portugal! Mais que o seu imenso saber e penetrante inteligência, é de salientar, a respeito destes homens, a projecção da sua obra e o seu prestígio pessoal. É que, meus Senhores, além de intellectuais produtores e obreiros do espírito, eles foram valores morais, profundamente humanos e sensíveis.

Só com tais requisitos sobre-humanos, os Varões ilustres de Plutarco, como são estes vossos corifeus, se situam acima do comum dos homens.

Reverenciar nesta Casa os nomes insignes que nomeei, é verdadeiramente, meus Senhores, um dever de consciência.

Nesta Casa, a «Sociedade Martins Sarmento», cheia das suas recordações, das produções do seu espírito, dos sinais tangíveis da sua actividade! A «Sociedade Martins Sarmento» em que penetrei quando criança como num Templo, respeitoso e atento, acompanhado por meu querido Pai, guia carinhoso e intérprete subtil das minhas curiosidades de estudantinho que se esqueceu de brincar em menino, tão entretido andava com a leitura!

Encontro tudo mais novo — as preciosas Coleções Arqueológicas, a Biblioteca que se vai enriquecendo, em número e qualidade, as espécies iconográficas e documentais, a própria instalação que se renova, que se alarga, e que não se cansa de esperar por que a completem!!!

Mas tudo mais novo porquê? Mais novo porque o valor deste recheio é maior e mais qualificado pelos estudos que atraí, pelos conhecimentos que se aperfeiçoam, pelo interesse nunca desmentido dos da Casa, desta terra e dos de fora, trabalhadores do mesmo officio, pioneiros da mesma cruzada — alargar o saber humano, difundir a instrução, conhecer melhor Portugal — o solo — os costumes — as actividades — a Arte — a Ciência — a Religião.

Receava um pouco — perdoem-me a confissão — encontrar um Museu-Necrópole (as coisas muito velhas que aqui se encontram justificavam, aparentemente, que as rodeasse o silêncio, o esquecimento, a indiferença).

Há, porém, vida nesta Casa — os Próceres inclinam-se incitando os que se lhes seguem, na sucessão interminada das gerações, ao trabalho, à investigação, à análise. O interesse redobra, os resultados são positivos, as perspectivas abrem-se para o futuro como as janelas desta Casa franca e o coração acolhedor dos homens ilustres que a dirigem.

Bem hajam!

Deixo-vos por um momento, caríssimos e benévolo ouvintes, para ler, reler e fixar os dísticos esculpidos na frontaria: Ciências—Letras—Artes—Indústrias—Etnografia—Arqueologia—História!

São referências expressivas do trabalho intelectual nos seus principais domínios. Marcam balizas do pensamento humano. Indicam-nos os temas que mais atraem o nosso espírito e, simultaneamente, dão valor às coisas de ordem prática contidas neste dístico— as indústrias.

Como esquecê-las nesta terra de tão antiga e importante actividade industrial?! E, porventura, não é através das várias indústrias, desde a agrícola, a extractiva e a transformadora, até à transportadora e do comércio, dentro do amplo conceito que lhe dá a economia, que se *passa toda a vida* do Povo?!

Para resumir as minhas considerações até este ponto e por uma razão de método, essencial numa palestra, mesmo que não possa ter a forma de uma lição, como esta não tem, dir-vos-ei:

— A História desta terra, que é também a de Portugal, o meio local, laborioso e propício, e o trabalho cultural representado por esta Sociedade, são o mais rico manancial propulsor da indagação histórica, da actividade económica e da especulação científica.

Estou a preparar o meu próprio espírito, e diria até os meus olhos, para penetrar no campo económico. Julgo ser uma atitude de consciência e uma prova de reflexão.

Por isso mesmo, não me parece descabido fazer caminho pela Exposição agrícola e industrial, cuja organização tanto vos honra, operosos industriais de Guimarães, e à vossa respeitável Associação. Relembro convosco, com justiça, as que a antecederam (em 1884 e 1910), e, recuando no tempo, os primeiros certames deste género que se organizaram em Portugal— a Feira Exposição de Oeiras, obra de Pombal, e as exposições desde 1838.

Não vou dar novidades, evidentemente, mas apoio-me em informações de Autoridade— Pinho Leal, o infatigável trabalhador que verbetou o país inteiro no seu «*Dicionário*»; e nos «*Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*», que Matos Sequeira,

sábio de tanta velharia e espírito de rara vivacidade, me veio trazer num gesto de generosa camaradagem!

Filia-se na 1.^a Feira-Exposição em Oeiras, no Reinado de D. José I, e marca o génio político e o reformador económico que foi Pombal. Pombal, que, neste ângulo da sua prodigiosa actividade governativa, o país deve apreciar e respeitar, especialmente o Norte, pela defesa do Vinho do Porto, através da demarcação da região que o produz e da melhor defesa do seu comércio com a Inglaterra, por um instrumento prático, a «Companhia das Vinhas do Alto Douro», a Companhia Velha que ainda sobrevive, e pela célebre defesa da interpretação da expressão — «nas mesmas condições» que tantas discussões suscitou — do tratado de Methuen, a respeito da importação de tecidos de Inglaterra.

Os Vinhos do Porto ficaram por esta convenção com o regime de privilégio ou monopólio, porquanto entravam em Inglaterra a pagar menos um terço que os vinhos de outra procedência e os tecidos que, pela vitoriosa interpretação de Pombal, entravam em Portugal — *nas mesmas condições*, ou seja nas condições que vigoravam antes da Pragmática, sujeitos a direitos que podiam ser aumentados, como sucede ainda hoje entre nós, quando a Pauta Aduaneira sofre alteração por vontade unilateral do Governo.

Não se compreende bem a pertinácia do Primeiro Duque de Palmela, Embaixador em Londres há pouco mais de um século, para obter, como obteve, a revogação deste Tratado.

A Feira-Exposição de Oeiras, Senhores Industriais de Guimarães e meus Senhores, foi a primeira do País e talvez da Europa. Organizada nos jardins do sumptuoso Palácio de Pombal, residência principesca, foi um espectáculo que recreou o Rei, seu hospede alguns dias, e constituiu uma demonstração dos resultados práticos e do êxito das reformas do Governo. Quis por certo lisonjear o Rei mas, ao mesmo tempo, demonstrar perante todos que as reformas, que obtiveram a sanção Real, frutificavam, que o país mostrava progressos devidos à sua política

económica e que possuía recursos para organizar uma indústria e mante-la.

Era, como vêem, também político o objectivo, mas este aspecto não tira a esta demonstração interesse e valor, nem méritos ao seu corajoso e voluntarioso Organizador. A esta grande Feira podia concorrer todo o género de produtos de indústria fabril nacional, e parece que ninguém faltou a tão esplêndida oportunidade de mostrar os seus artefactos.

Foi um acontecimento, pela concorrência dos Nobres, dos Diplomatas, dos Funcionários, dos Convidados especiais de Pombal e da gente de Lisboa. Todos admiraram o desenvolvimento das indústrias, a variedade das produções e o aperfeiçoamento de muitas delas!

Estes resultados devem ter derivado, em grande parte, da intervenção do Ministro, animando e auxiliando as fábricas antigas, criando outras, e, especialmente, mandando vir do estrangeiro mestres e operários especializados. Ao mesmo tempo, pensou e fez publicar legislação adequada às necessidades destas indústrias novas ou rejuvenescidas.

Tinha um plano, e para a preparação dele muito o ajudou a sua inteligência lúcida, a sua cultura, os conhecimentos adquiridos quando serviu em vários postos diplomáticos, e o contacto com estrangeiros, que sempre cultivou; e, finalmente e talvez fundamentalmente, o seu espírito prático.

Dotado de raras qualidades de acção, pôde conceber o plano e executá-lo. E mais ainda, muitas das suas ideias e iniciativas sobreviveram-lhe!

Não fecho este breve capítulo sem me dar ao gosto de afirmar que são visíveis os pontos de contracto de carácter, de inteligência e de acção dos Estadistas-Reformadores de Portugal.

Aproximo Pombal do Professor Afonso Costa, Dom João II do Professor Oliveira Salazar, o único Estadista Português que tem a dita de em vida sentir a glória de ver Portugal Renovado e realizar, com a consciência de quem cumpre o seu dever, o ideal na Vida e na Política!

Pensando bem, a curiosa Exposição de Oeiras a que me referi, foi a demonstração em grande e

com carácter sistemático de uma realização de Pombal com o mesmo intuito e algumas afinidades — aquando da celebração do acto inaugural da Estátua Equestre de D. José no Terreiro do Paço. Celebração com a maior pompa, brilhante festa nacional a que acorreram 150.000 pessoas e em que nada se gastou que não fosse produto da indústria nacional!

Senhores Industriais! Mais tarde, justificado Pombal como Governante, não foi fácil nem mesmo possível sepultar a sua política económica e as suas Reformas. Aqui e ali, a cada passo, os organismos dirigentes recorriam à fonte inexaurível da sua alta mentalidade e às suas realizações, tantas já projectadas no futuro.

Lembramos também a Sociedade Promotora da Indústria Nacional que, conhecendo os nossos recursos e desejando excitar uma salutar emulação entre os homens industriais do país, renovou a ideia de Pombal, apropriando-a ao que se praticava na época na Europa, e abriu uma Exposição pública dos produtos da nossa indústria no edifício da sua Sede, em Lisboa, à calçada do Combro. Isto passava-se em 1838.

O resultado excedeu as expectativas e mostrou os progressos da indústria. Apareceram produtos manufacturados com tanto esmero que rivalizavam com os das indústrias estrangeiras.

A Exposição despertou a maior curiosidade, as suas salas estavam sempre apinhadas de gente. Que bela propaganda, séria e exemplificativa!

Querem saber, meus Amigos, quais as indústrias ali representadas? Venham comigo. Aí encontram as sedas, a fição e tecidos, a estampania, as lãs, a louça, os vidros e cristais, o papel, a estearina, a folha de ferro branco, os chapéus de sol, os oleados, os tecidos de cotim, a marcenaria, o asfalto português, a fundição de cobre, as Belas-Artes — exultem os Artistas desta terra de Arte — terra de sonho!

Teve menos concorrência, é certo, embora mais abundância de produtos! E como o público visitava a Exposição! Para ver, analisar e demorar a atenção. Faz lembrar aquela Exposição na Alema-

nha de antes da Grande Guerra de 1914, em que os visitantes portugueses, habituados a tanto receio e cautelas da parte dos Expositores, como também se usa da parte dos Museus, se detiveram surpreendidos ao ler estes dísticos convidativos: — «pede-se o favor de mexer nos objectos expostos».

Uma Exposição como a vossa, Senhores Industriais, exposições como estas que vos descrevo ligeiramente, são amplas salas de aulas práticas, e nunca devem perder este carácter. A disposição agradável dos artigos expostos serve admiravelmente esse objectivo e em nada desvirtua o sentido, o significado e o alcance de tais demonstrações.

E a série continua! E aperfeiçoa-se!

Em 1844, a Terceira Exposição da Sociedade Promotora. Já se podem extrair dados comparativos e tirar conclusões. A Exposição de 1838 concorreram 46 Fabricantes e Artistas com as suas manufacturas, à do ano de 1840 concorrem apenas 36, mas na de 1844 já apareceram 134 Fabricantes, Artistas e Curiosos com cerca de 2.000 artefactos, que são vistos por mais de 60.000 pessoas.

Durante 22 dias sucessivos, as sete salas da Exposição enchem-se de um público interessado que, por vezes, forma multidão. E público de todas as classes, dando as Majestades e Altezas o exemplo ao visitar a Exposição no dia 25 de Setembro. Vieram com suas Damas, Camaristas e Ajudantes de Campo. Estavam presentes o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e o Oficial da mesma Secretaria. Visitaram todas as Salas, prestaram a maior atenção a todos os produtos expostos e dignaram-se escolher entre eles muitos do seu Real Agrado, como tudo consta, por forma minuciosa, do Relatório Geral da Sociedade.

Já era a altura de fazer a história destas Exposições apesar de não ser longo o tempo decorrido. Mas indiscutivelmente, alarga-se e torna-se sempre mais fecundo o seu campo de acção.

Tem que ser muito grande o vosso interesse por estes certames, Industriais de Guimarães, pois mais do que por aqueles que vos antecederam, é de vós conhecido o seu alcance prático!

Convosco está o sábio conterrâneo Alberto Sampaio que, a páginas 587 da sua obra « *Estudos Históricos e Económicos* », se pronuncia nestes termos categóricos: « A Exposição de Guimarães não é só indispensável, impõe-se como uma necessidade ».

E porque não fazeis numa Sala desta Sociedade, como no Museu Naval de Estocolmo, um *mappa mundi* iluminado, de grandes dimensões, tendo anexo um quadro representativo das produções desta terra para consumo local, para fora da região e para o estrangeiro, para se aquilatar facilmente da vossa capacidade?!

Outro exemplo vos sugiro: o do Museu de Munique (o de 1936, entenda-se...) em que se vê a evolução da manufactura dos diferentes produtos industriais, desde as matérias-primas: vidro, louças, electricidade, minerais, barcos, tecidos... — Aliás estes exemplos de fora já foram realizados em Portugal mercê da Legislação Pombalina que criou os Museus Regionais para elucidação e aprendizagem das indústrias locais.

Não seria possível que cada grupo de industriais afins preparasse uma demonstração deste tipo e com todas juntas se fizesse um Museu, cujo valor pedagógico, patriótico, e até de propaganda nem carece de ser explicado para se tornar evidente aos olhos de todos?!

Animai-vos a tanto, Industriais! O agradecimento que recebereis é da Nação inteira. E, mais uma vez, pela vossa mão, Vimaraneses, Guimarães ocupará o primeiro lugar!

Fixai, no entanto, a respeito do enorme valor e importância das indústrias, aquele dito de Boulton, o famoso mecânico, ao Rei de Inglaterra — Senhor: Faço uma coisa a que Vossa Majestade é tão afeiçoado, *faço Poder!*

— Esse Poder é a Indústria!

O primeiro dos *poderes* porque é o mais útil!

É longa a caminhada, mas a razão de tanto ter que dizer parte sempre de vós — Guimarães não é só uma página da História Pátria, como diz discretamente o prestigioso presidente desta Casa e con-

sagrado arqueólogo Coronel Mário Cardozo, no Catálogo da Exposição Histórica da Cidade — Guimarães é toda a História da Pátria e dos Portugueses de Portugal!

Sabeis que, decerto, a origem da vossa terra se filia nas antigas vilas lusitano-romanas que eram no seu incio simples propriedades rústicas. Nela iniciou-se uma vida industrial que ganhou importância a ponto de justificar a organização das Corporações dos Offícios, de certo modo a origem do nosso Estado Corporativo de hoje, definição constitucional! Vêm a seguir os mercados, outro elemento inevitável do desenvolvimento deste agregado populacional.

Começo por vos pôr um problema de Geografia política que à vista de Guimarães tem real interesse.

Sendo exacto que a vida das sociedades políticas se determina, pelo menos parcialmente, pelo quadro natural em que se desenvolve, em que medida o solo, o ar e as águas, que representam na evolução dos Estados um elemento permanente, se misturam na acção colectiva dos homens, incessantemente variável e renovada?!

Seguindo Camille Vallan, na sua Geografia Social «*O Solo e o Estado*», apresento este tema, que desperta discussões apaixonadas, aos Escolares de Letras ou de Ciências Económicas, naturais desta terra. É a forma de applicarem os estudos universitários feitos, a de darem vida a uma disposição do Decreto de 17 de Julho de 1899, que estabeleceu o concurso anual de monografias de freguesias rurais!

Detenham-se e guiem-se pelo Relatório preambular deste Diploma, escrito pelo notável Estadista que foi Barjona de Freitas — «A freguesia rural é, em Portugal, também, um agregado social histórico, quase imutável em toda a vida da Nação». «São muitos os estudos locais, mas muito poucos os de carácter económico»!

O estudo económico de Guimarães lembra-nos o conceito de Ratzel, para quem o espaço e a posição valem não sòmente como quadros descritivos mas como princípios explicativos da Geografia do Estado. Por grande espaço convém entender espaço em via de crescimento. Mas este conceito tem de ser cor-

rigido, porque se considerássemos o espaço em si próprio, abstractamente, haveria que prescindir do elemento histórico e do elemento humano. Preferível é a sua teoria de posição, mais perto das realidades das coisas. Aqui, também se comprova que uma das maneiras do progresso consiste no progresso da unificação interior. As massas humanas deslocam-se concentrando-se, e a sua aglomeração em pontos determinados dá origem à pequena ou grande povoação.

A existência das grandes povoações está ligada vulgarmente à das planícies descobertas, às correntes fluviais ou às margens favoráveis. Ensina-se que estas três condições reunidas ou separadas são indispensáveis para a existência de um grande centro urbano, salvo o caso muito raro em que os centros desta espécie são determinados pela existência de um jazigo mineiro ou pelo desenvolvimento partindo de um grupo de indústrias, ou salvo ainda o caso em que o Estado age como Soberano — o primeiro caso tipo, S. Gall, na Suíça; o outro, Madrid.

Guimarães, parece-me a mim, é o tipo de uma Cidade natural que se tornou viva e populosa em virtude da sua posição como núcleo de relações industriais, comerciais e agrícolas, apesar de não ser uma capital política.

Aqui se verificam os fenómenos do valor crescente do solo, do feitio laborioso da sua gente e da congestão urbana sobranceira ao Castelo à volta do qual se formou, e por ele foi protegido, o primeiro núcleo populacional. Pelo mesmo processo se formaram as cidades entre o Loire e o Reno, na Idade Média.

O núcleo pré-urbano — primeiro elemento — uma cintura ou muralha que o protege, superfície muito reduzida. Em Flandres e Brabante, quase todas as Cidades se formaram como esta na vizinhança dum Castelo Condal.

Coisa curiosa: como são possíveis estes pontos de contacto em terras tão distantes, e como que se nem sequer as separassem as fronteiras políticas — a aglomeração habitada, célula geradora, activida-

des diversas reunidas, a rural, a do comércio e a industrial, por esta ordem. Tem interesse salientar que para o desenvolvimento do agregado é o bairro comercial que sobressai pelo seu dinamismo.

O critério da extensão urbana reside, principalmente, no estudo dos recintos sucessivos.

Daqui nasce, também, o estudo da Geografia Urbana, que Blanchard define no seu objecto e no seu método, como a ciência que considera a cidade um organismo vivo, de que se trata de decompor o organismo, explicar o nascimento, o crescimento, as vicissitudes.

Este estudo revela, simultâneamente, que as cidades não se formam por si — o papel do homem é primordial.

Por isto mesmo, praticamente, todo o problema económico-social tem um aspecto local. Alguns lugares parecem especialmente favorecidos para determinadas classes de actividades.

Também outras parecem haver parado ou ficado esquecidas na distribuição dos dons da natureza.

Não assim Guimarães!... Pois não é exacto que, em regra, o consumidor procura localizar-se onde a vida seja agradável, segura e barata?!

O consumidor-produtor, porque na maioria dos casos têm a dupla categoria. E o aumento geral da população vai exigir uma remodelação de toda a estrutura locacional.

Mas a formação e o desenvolvimento de um agregado não nos afastam nem fazem esquecer a terra que é a base de toda a vida económica. Di-lo com toda a autoridade e segurança Goblet.

Mas entende-se por *terra*, a terra humanizada, o complexo que se chamou antropogeografia, porque é o produto e o instrumento da colaboração da terra e do homem.

Quem melhor do que Alberto Sampaio para estudar *esta relação* a respeito de Guimarães, ele que, na expressão amiga de Luís de Magalhães, começou por se enamorar do meio natural, esse meio relativamente estável e fixo, dentro de cujas condições têm de se amoldar os sucessivos elementos

humanos, em extremo variáveis, adicionados, combinados e desenvolvidos pela vida histórica!

É exacta a sua observação de que a indústria de um povo depende do seu carácter e das aptidões, mas é mais fiel relativamente ao povo de Guimarães.

O povo português tem capacidade industrial, como o demonstra o inquérito de 1881, apesar de faltarem matérias-primas! Também faltam, recordemo-lo, na Suíça que é, não obstante, hoje um dos países mais industriais do Mundo. O único elemento importante que lhe é acessível é a energia eléctrica. A existência de uma indústria nacional é essencial ao equilíbrio da nossa vida económica e se ela existe entre nós é porque o fundo da população ofereceu ao seu desaparecimento a resistência, que à morte oferecem os organismos vivos!

Comentário de ordem sentimental e que contém uma verdade biológica!

Se a outra terra portuguesa quisesse comparar Guimarães, vinha-me ao espírito Viseu, também de certo modo Berço da Nacionalidade, por ser a terra de Viriato!

Numa e noutra, como nos ensina o Professor Amorim Girão, o estudo da origem e desenvolvimento está em função da maneira de se adaptarem, pelos tempos fora, às condições naturais.

Dispõe de uma situação geográfica vasta, zona de grandes linhas de relevo e altura média de 300-400 metros.

A situação topográfica assenta nas vertentes de um cabeço, do cimo do qual se descortina um vasto panorama.

Clima Continental bastante pronunciado — abundância de água — núcleo castrense, propulsor de um importante agregado cidadão, elementos de urbanização — cruzamento de vias romanas — campo entrelavado — muralha romana — deslocação do centro de gravidade do burgo, separação entre a cidade alta e a cidade baixa — configuração radiada da cidade baixa — elementos de engrandecimento — cidade episcopal (Viseu), terra de Santa Maria da Oliveira (Guimarães) — residência de Monarcas (aqui e também dos Duques de Bragança) — Centro Artístico — Viseu

com seu Grão Vasco, Guimarães, Pátria de Gil Vicente — factores económicos — riqueza agrícola — actividade industrial, mais intensa e concentrada em Guimarães — desenvolvimento natural da sua operosidade fabril — transformação da Cidade intramuros — construção de novos edifícios — importância e beleza dos arrabaldes que se juntam à urbe formando um todo étnico social e económico — Cidade Intelectual!

Anunciei um tema e quase o esqueci! Não o creiam! Aparentemente, sei bem, seria este o comentário sem defesa!

De tudo falei ligeiramente, muito embora, da vossa e nossa História, de realizações de outros tempos que se prendem a uma realização de hoje e tão brilhante e oportuna, do meio económico-social, formulei noções gerais, sínteses de ordem científica e observações vulgares, esboço de uma lição de antigo Professor de Geografia Política e Económica que fui na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Faculdade que sobrevive em tantas actividades dos seus antigos Professores e alunos! Mas tudo isto que disse relaciona-se com o meu tema e era preciso que fosse dito!

Que ligação, porém, encontrareis com o tema que anunciei e me cumpre desenvolver?

A estreita ligação que existe entre a moldura e o quadro, a vontade insatisfeita e a realização limitada, a esperança e o sonho, a realidade e a vida!

Note-se ainda que um tema como este não se podia apresentar senão num agregado de tipo complexo como Guimarães, em crescimento incessante e contínuo e com sintomas felizes de prosperidade!

Poupar é um Bem?

Detenho-me para vos defender de uma suposição errada. A negação da vantagem de poupar que se descobre na própria interrogação, não envolve, por nada, a defesa de gastar sem medida, gastar mal, desperdiçar, em suma!

Que diriam se tal fosse a minha ideia, aqueles que me conhecem numa função activa, há mais de

vinte anos, de arrecadar as receitas do Estado, aquela função de *tesoureiro de Salazar*, que alguém, por uma forma pitoresca encontrou, para mais facilmente me identificar, e em toda a minha larga função de administrador de Patrimónios Públicos!

Talvez devesse começar por afirmar sem inter-rogação que é imprescindível poupar, para gastar, para gastar bem, entenda-se, onde e quando e pela forma melhor, mais útil e necessária!

Posto assim o problema, não seria mais fácil para mim explicá-lo?

Era a forma também de prestar obediência, uma vez mais e com convicção, a toda a política financeira e económica da Era de Salazar!

Que outra coisa quis fazer, primeiro que tudo, ao arrumar a casa, o grande Estadista desde as horas difíceis e apreensivas que o chamaram ao Poder até às *étapes* sucessivas de regeneração financeira que a nós, seus companheiros do Ministério das Finanças, foi dado conhecer em primeira mão!

Poupar, adivinhar os desperdícios e pôr-lhes termo, reprimir desmandos, contrariar gastos exagerados ou de fraca ou nula utilidade, aproveitar os dinheiros públicos para o próprio povo que o ganhou com o seu suor, aumentar o Património do Estado só na medida do necessário e fazê-lo funcionar para o interesse geral, investir os saldos em obras de fomento ou em melhorias de ordem social.

Tarefa monumental e de abençoados resultados. Que belo mandamento o que guiou a mão protectora e a inteligência clara, melhor ainda, o senso prático do Presidente do Conselho! Foi também a justificação moral dos sacrifícios que exigiu à Nação, *que se queria salvar*, e de uma severa política de economias. Foi também o escopo da futura política de fomento que tem hoje, no desenvolvimento do respectivo Plano em curso, a mais esplendorosa e fecunda realização.

Ou não fosse Salazar o político português simultaneamente o melhor zelador das coisas do Estado e o mais generoso na distribuição dos seus réditos pela Nação inteira.

Em larga medida tem sido possível deixar na própria terra a importância dos tributos que paga. Este o objectivo ideal, designadamente em matéria de Obras Públicas e de Assistência, e aquele que o Povo compreende no fundo da sua consciência.

No fundo, Salazar é sempre o mesmo, pois é igual a si próprio como o são afinal todos os homens excepcionais — sem termo de comparação. Há só um que Ele deseja, é com a gente boa da terra portuguesa que conheceu mais de perto na sua terra natal!

Esta sua qualidade de *Provinciano* torna-o mais íntimo e mais português. Provinciano também o foi e sempre quis não perder esta qualidade o vosso grande Alberto Sampaio!

Mas... vamos ao assunto...

Num período de emergência, tão duro e tão prolongado, que as duas últimas Guerras fizeram experimentar à mesma geração — caso único na História da Civilização — surgiu a necessidade imperiosa de se suspender a liberdade de produção e de restringir o consumo.

À uma, porque as exigências da Guerra impunham a concentração de esforços para se produzir mais, e *mais depressa*: material, munições, fardamentos, víveres, tudo consumiam e era pouco para as enormes frentes de batalha ocupadas por Corpos de Exército de efectivos nunca vistos; quer por falta de muitas das matérias-primas; quer ainda porque tinha de passar, forçosamente, a segundo plano a feitura de artigos procurados só por alguns, para se atender, principalmente, aos de uso geral — *salus populi* — tornou-se necessário, realmente, e foi ouvido em toda a parte este novo grito da *Resistência* (resistência ao inimigo que parecia ter forças e ânimo para avassalar tudo e todos, utilizando uma máquina de guerra, sem dúvida infernal, máquina que era preciso desarticular e esmagar com frenesi) — «Produzir e Poupar», que o nosso Governo espalhou, como legenda, por toda a parte, profusamente, e ainda bem!

Valia, também, como um acto positivo da Defesa Civil do Território, forma actual do conceito antigo da Nação Armada! O Inimigo e o Perigo estão em toda a parte. Não há muralhas, trincheiras, ou ter-

ras de ninguém que os localizem ou os afastem. A terra é de *Alguém*, a Pátria e o Mundo da Civilização Cristã!

Mas o belo significado cívico desta cruzada tem ocasião, pois é, acima de tudo, uma atitude de emergência, repetimo-lo, e nem chega sequer a corresponder ao seu *significado literal*. Os próprios termos contradizem-se, pois não é certo que para produzir é preciso começar por gastar — capitais, matérias-primas, energias?

Reservemos esta campanha de tão sérias intenções, quem sabe, para nova oportunidade!...

Mas não a queiramos como elemento essencial da vida económica de um Povo. Não é essencial nem necessária; nem mesmo é possível!

Seria o mesmo que pretender, em vez do desenvolvimento económico, caminhar para o seu enfraquecimento sistemático, para o deter, conduzindo à extinção da própria vida de que tal desenvolvimento é elemento desejado e insubstituível. Era ainda e acima de tudo a negação e a anulação de toda a Política de Fomento — Fomento em todo o sentido, económico, intelectual e espiritual!

Que dizer, com efeito, de uma Sociedade em que tenha parança o progresso, e de uma Civilização que *não crie mais e mais* necessidades e num ritmo que só tenha limites nas possibilidades à sua disposição e, melhor ainda, no engenho, na actividade, na ambição de cada um e de todos?! Lembremo-nos a este propósito e antes de passar adiante que por isso mesmo as necessidades de ordem sumptuária e recreativa também são um elemento importante no jogo das forças económicas e um índice seguro de progresso e prosperidade!

De uma forma ou de outra, em maior ou menor amplitude ou classe, são tudo meios de satisfazer ao homem esta ânsia ardente, impetuosa, *de viver melhor e ter prazer em viver*.

Este anseio é seguramente um maravilhoso instrumento de acção no meio económico, meus Senhores!

Mas, lado a lado deste movimento ou impulso interior, tem de residir, individual e colectivamente,

a noção da justa medida, a preocupação de produzir bem e com boa orientação, a pertinácia para vencer, rodear ou sobreviver às dificuldades, neste movimento incessante e por vezes descoordenado da produção e do consumo, movimento quanta vez perturbado pela alteração das condições ambientes e de toda a ordem: os gostos, os apetites, os desregramentos, que se infiltram gerando a confusão e a desordem, sinais evidentes de desequilíbrio de difícil correção!

E não basta resolver este primeiro termo do problema, contando com elementos de ordem imperiosa e até impulsiva!

É necessário, ao mesmo tempo, com intenção e com critério, *fomentar* o consumo por todas as formas, através da circulação dos produtos, para chegarem a tempo e a toda a parte, tornando-os acessíveis, atraindo para eles a atenção e o *apetite* dos consumidores, forma de aumentar o seu número, por todos os meios de propaganda sugestiva e capaz.

Mais ainda, é preciso criar uma Organização de Crédito que permita produzir barato e dar capacidade de consumo aos compradores!

O funcionamento do crédito no regime capitalista foi — não se pode negar —, durante este último século, verdadeira máquina a fornecer um poder de compra crescente em face da produção também crescente.

Que possa ser melhorado ou substituído por outro — sim, mas passar sem ele ou em silêncio, julgo-o impossível!

É o exemplo actual, e um grande exemplo vivo está nos Estados Unidos, como nos descreveu, com a sua pena brilhante, o Dr. Norberto Lopes, no «*Diário de Lisboa*», em Abril, aquando da sua visita de observador curioso e perspicaz.

Encontrou ali um povo a desfrutar um alto nível de vida, com facilidades de toda a ordem ao seu alcance, rodeado de um bem-estar que o progresso mecânico proporciona.

«Trata-se de um povo, diz o cronista, que se alimenta racionalmente, que habita uma casa racional, um povo aquecido no Inverno e com ar condi-

cionado no Verão. E tudo isto é possível porque o povo americano vive de crédito, tudo quanto o rodeia: a casa, o automóvel, o aspirador eléctrico, o frigorífico, o posto de televisão, é tudo pago a prestações. Mas a verdade é que vive bem e não se dá mal com o sistema».

É a Pátria de Ford, aquele que explicava querer pagar largamente aos seus numerosos operários exactamente para os fazer os primeiros e desejados consumidores da própria produção em que participavam!

Portanto, poupar, em economia, é o primeiro termo de grande operação vital — gastar.

O segundo — é gastar bem, com conta, peso e medida, já o diziam os Antigos. É da sabedoria das Nações! — Quem não está de acordo connosco fecha-se num critério falho de visão e longe da realidade.

Se o indivíduo ou a pessoa colectiva se priva do *essencial* ou do necessário e não gera em si mesmo as condições de se criar mais riqueza e um bem acessível a todos ou, pelo menos, ao maior número, acumulando passivamente a riqueza que alcançou directamente ou lhe transmitiram, não progride e enfraquece o próprio meio em que vive. Mais que um elemento inútil, é um elemento nocivo.

Deles não falará a História e ficarão fazendo parte da massa assassina da população na medida em que concorrem para a destruição do próprio meio em que vivem e do seu valor humano.

O papel que lhes cabe tem a expressão na sua própria alma, e o seu simile naquela figura literária que Eça de Queirós, «o pobre homem da Póvoa de Varzim» e Cidadão do Chiado, tocou com a chama do seu génio literário — «*O Mandarim*».

Continuam estes valores negativos a viver despreocupados na Torre de Marfim do seu muito dinheiro porque — faça-se-lhes esta justiça! — não veem os destroços do seu enorme egoísmo; a vida deles corre, mas o Mundo à sua volta, falece...

Mas não estarei eu próprio a ver esta magna questão sob um prisma demais sentimental ou subjectivo e a ser levado ao sabor das minhas simpatias e de observações superficiais?

Não receio a contradita; no entanto, não me dispenso de tomar posição com a minha tese no campo científico.

O problema dos efeitos da Poupança e das suas variações liga-se a uma série de aspectos básicos da Economia Política, tem atraído o estudo de vários autores e suas opiniões estão afastadas umas das outras.

Durante algum tempo os problemas postos pelos *aforros* eram discutidos pelos economistas sem se ter em atenção o próprio conceito da poupança. Todavia, sobretudo após Keines, verificou-se que a própria ideia de poupança carecia de ser esclarecida.

Existe uma noção corrente que está na base dos conhecimentos dos não técnicos — o *aforro* é o rendimento que se não gasta e que, portanto, ou se entesoura ou se investe na produção.

Sem dúvida que este conceito, ao primeiro aspecto, é exacto, mas tem de ser aprofundado.

Keines veio afirmar que poupança e investimento são iguais e até mesmo idênticos. O facto de um indivíduo poupar mais, considerando que todos mantêm o nível dos seus *aforros*, não afecta esta igualdade.

Mas, de facto, se o indivíduo poupa mais, diminui o seu consumo na mesma medida (visto reduzir o rendimento de todos aqueles que vendem bens de consumo).

Para outros economistas a igualdade entre poupanças e investimentos é apenas um pouco de equilíbrio. E, por sua vez, se as poupanças excedem os investimentos, daí resulta um estado deflacionário (contração das actividades económicas).

Outros Autores — da chamada Escola Sueca — admitem a possível desigualdade com consequências importantes, partindo doutro tipo de considerações. Estes Autores sustentam que não basta o estudo dos fenómenos já verificados para conhecer as relações funcionais e causais; é preciso conhecer as causas das acções humanas das quais dependem os acontecimentos económicos. E isto só se consegue pela análise da possível evolução económica futura. Desta forma, os projectos de inversão dos empresários

deveriam coincidir com as poupanças que o público pretende realizar.

Podem as duas quantidades não coincidir e então haverá desequilíbrio. A outra concepção do economista inglês Robertson vem de encontro à concepção vulgar para a qual parece absurda a afirmação Keynesiana dos dois elementos serem iguais. Robertson chama a atenção para a compreensão das poupanças e investimentos exigir uma *análise do tempo*. É que, na realidade, os rendimentos são ganhos de forma descontínua *no tempo* (o indivíduo que recebe no fim do mês, por exemplo, ganhou o rendimento durante todo o mês e não no dia em que o recebe).

A poupança de um dia é o que existe disponível no dia seguinte, e o investimento são os gastos reais em novos bens de inversão durante o dia. Por outro lado, as crises causadas pelo subconsumo são, segundo alguns Autores, determinadas realmente por um excesso de poupanças. Este excesso conduz a uma diminuição de compra de bens do consumo e ao aumento de investimento com o concomitante aumento de bens no mercado, o que significa subconsumo, visto a procura baixar e não acompanhar o aumento da produção.

Para outros Autores, as depressões económicas resultariam de poupanças insuficientes (teoria da supercapitalização).

Apesar de se dividirem as opiniões dos Autores, uns no sentido de poupanças limitadas, outros de poupanças fomentadas, do que não há dúvida é que todos estão de acordo em considerar *negativo o entesouramento*, pois consiste numa esterilização do poder de compra sem quaisquer benefícios para a economia.

Mas há um ponto em que o estímulo das poupanças é salutar quando conduz a investimento. Neste caso, constitui a base do progresso económico, sem o qual é impossível.

Temos de reconhecer que o problema que mais importa é o do nível mais conveniente das poupanças.

Começa-se por pôr de parte o entesouramento e as poupanças forçadas.

A solução mais equilibrada e mais defensável exige um fomento da actividade económica, impondo o estímulo das poupanças dirigidas ao investimento.

As teorias que deixamos apontadas, a observação dos fenómenos económicos e dos seus efeitos, e a incompreensão da função do capital amealhado por alguns para o bem comum, autorizam a esboçar-se o quadro dos malefícios da poupança. Não podíamos negá-los ou esbatê-los, porque nos propusemos realizar um trabalho sério.

Mas enunciar os malefícios é quase bastante para descortinar os remédios a opor-lhes e prever a sua eficácia.

Esta Terra é um exemplo brilhante da justa compreensão do dever humano e da obrigação social de encontrar o equilíbrio entre as economias de cada um e a sua aplicação no sentido do interesse geral.

O concelho cresce em população, em 60 anos passa de 49.685 habitantes para 96.277, — o dobro! O ritmo da construção urbana acompanha este crescimento — de 1923 ao ano que decorre surgem mais 3.649 prédios.

As indústrias estão largamente representadas, desde as antigas — entre as quais a cutelaria ganha um grande avanço — às que a vida moderna, cada vez mais complicada, acrescenta a este quadro. O número de fábricas novas eleva-se naquele período a 299.

A cobrança da Contribuição Predial continua a aumentar, mas a da industrial cresce notavelmente — em 10 anos — de 2.409 contos passa a 13.500!

A camionagem — índice clássico do progresso de um aglomerado — mostra igualmente um aumento importantíssimo (em 10 anos, de 70 para 415 contos), — mais do dobro nos últimos cinco anos!

Também neste campo, Guimarães caminha na vanguarda das terras portuguesas.

É o paradigma, pode-se dizer, de S. João da Madeira, outra terra de grandiosa actividade industrial multiforme que, como esta, se fez um grande centro fabril, não tendo condições especiais, além do seu valor de posição, junto da estrada, do caminho de ferro e próximo de grandes meios, e o elemento humano que ninguém excede decerto na terra portu-

guesa. S. João da Madeira transformou a riqueza ganha no Brasil, que alindou e melhorou as terras que o rodeiam, pelo seu Capital-Homem e Capital-Esforço, os únicos que não receiam a desvalorização ou o aniquilamento!

A Alemanha, só com este Capital, e não com o encaixe ouro do seu Banco de Estado, transformou-se materialmente antes da última guerra e está a reconstituir-se, renascendo, como a Fénix, das próprias cinzas.

A propósito da concentração industrial de Guimarães e S. João da Madeira e do seu congestionamento populacional mais acentuado — concelho com uma única freguesia —, devido em grande parte a essa actividade, vem a propósito dizer que já sentem necessidade de operar profundas transformações de ordem industrial no seu próprio meio para não se afundarem, vítimas de crises de subconsumo parciais. Quero referir-me, designadamente, à indústria de chapéus em S. João da Madeira, a lutar com grandes dificuldades, por diminuir assustadoramente o consumo dos seus artigos no País e lhes rarear o mercado estrangeiro.

O inquérito aberto pela Direcção Geral dos Serviços Industriais, através do questionário recolhido há dois meses, mostra a importância do problema e o interesse que o seu estudo para a solução possível merece às altas instâncias.

Numa das respostas que tive ocasião de ler e talvez não difira de muitas outras, acentua-se que a indústria de chapelaria está decadente e que a baixa de consumo e a superprodução têm levado os industriais a uma concorrência ruínosa.

A primeira solução que se preconiza é simples e resolveria a situação de momento — encerramento de algumas unidades, entre as quais se escolheria a que servisse, adaptada, à instalação da Cortadoria Nacional do Pêlo. Alguma coisa de positivo se impõe, visto não estar feita a prova da impossibilidade de se poderem manter, não esquecendo, porém, que, em Economia, deve transformar-se a actividade industrial, quando em certo ramo não resulte.

O meio não pode aguentar indefinidamente as actividades com capacidades de produção excedendo em muito a do consumo nem tão-pouco o Estado pode ampará-las criando-lhes condições de sobrevivência que seriam fictícias ou enganadoras, exactamente por lhes faltar base económica.

Mais uma vez nestes casos é ao elemento humano que compete encontrar a solução, resistindo quanto possa ou encontrando outros meios de triunfar.

Tanto falei dos malefícios, mas não são de esquecer, porque são as grandezas da Poupança na sua expressão verdadeira e nos limites de um individualismo bem entendido e tanto ao nosso gosto!

Têm raízes na tradição, têm um fundo familiar e a espontaneidade e heroicidade do sacrifício.

Sítuo essas grandezas em qualquer família numerosa, de poucos recursos. O Chefe vive para os seus, moureja todo o dia, dá-se aos seus deveres numa abnegação total. Nem sempre, quase sempre, o que ganha chega para viverem. Mas há umas sobras, as *urracas* da mulher para o imprevisto da doença, a festa da primeira Comunhão dos filhos, do Noivado da filha.

A Mulher faz milagres — o Milagre do Pão, que chega para todos cortado aos bocadinhos, para parecer mais, o Milagre da roupa, aquele milagre que o Professor Salazar recordou, talvez pensando no seu lar, quando pronunciou, na Associação dos Artistas, há muitos anos, uma lição de economia... — das calças velhas do Pai, as calças novas do filho... —, o Milagre do Amor, olhando por todos a surpreendê-los na doença e nas aflições que um mundo de ternura detém na sua marcha, o Milagre da grandeza moral do lar, da alma que formou e torna resistente na presença de tanta vicissitude e preocupação.

Um património amealhado assim é sempre grande mesmo que se resuma em pequenas parcelas, que farão sorrir os que têm muito, os que têm demais!

Resulta de uma noção em que o Lar é fonte da vida, é a própria vida — nas realidades do dia de hoje, na presença das gerações que partiram primeiro, na claridade do dia de amanhã que alvorece.

Lar — que a família cristã cria para viver e para sobreviver, é também o lar dos que vivem em volta, e o agasalho dos que o procuram na desolação de quem não tem nada.

Neste fundo de religiosidade reside a sua grandeza perdurável e nesta vida de solidariedade o seu poder gregário e superior.

De algum modo — receio dizer que inteiramente — neste individualismo histórico do nosso povo, desta feição, há todo um compêndio da melhor economia.

Assinalando-o, sinto-me emocionado, e no renascer da vida, dia após dia, bem perto da Austeridade e da Grandeza sem par das pedras do Castelo de Guimarães e auscultando as vibrações do coração deste empório de trabalho, reconheço no fundo do meu próprio ser esta verdade nova — a história de hoje é o Futuro!

Finda esta Lição magistral, o Sr. Presidente da Câmara, encerrando a Sessão disse que o Ciclo de Conferências promovidas pela Câmara e Sociedade Martins Sarmiento fechara com chave de ouro, mediante a magnífica prelecção do Sr. Dr. António Luís Gomes, que tinha de considerar um dos melhores colaboradores das solenidades que Guimarães levara a efeito.

A esta Conferência assistiram muitos dos amigos pessoais e admiradores do Sr. Dr. António Luís Gomes, tanto de Guimarães como de fora da terra, que aqui se deslocaram propositadamente para o ouvir, entre eles S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor D. Gabriel de Sousa, Abade de Singeverga.